

## As Empresas Militares Privadas nas Novas Guerras: o exemplo de Serra Leoa

Luiza Bizzo Afonso<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo visa abordar a participação das Empresas Militares Privadas (EMP) no conflito de Serra Leoa (1991-2002). Para tal, é feita uma análise do contexto onde este fenômeno está inserido: as novas guerras. Ainda, as mudanças trazidas por essa nova forma de conflito afetam diretamente os atores envolvidos no conflito armado, com a participação crescente dos atores não estatais. Além das novas guerras, percebe-se que tendência mundial da privatização impacta também o setor da segurança internacional, antes monopolizado pelo Estado. A partir da análise do desempenho das EMP no conflito de Serra Leoa, infere-se que as novas guerras contribuem para a alteração do *modus faciendi* do conflito armado, por meio privatização da violência nos moldes do capitalismo global, o que transforma as relações entre civis e militares e atenua ainda mais a distinção entre as esferas pública e privada.

**Palavras-chave:** Novas Guerras; Empresas Militares Privadas; Serra Leoa.

**Abstract:** This article aims to address the participation of Private Military Companies (EMP) in the Sierra Leone conflict (1991-2002). To this end, an analysis is made of the context where this phenomenon is inserted: the new wars. Still, the changes brought by this new form of conflict directly affect the actors involved in the armed conflict, with the increasing participation of non-state actors. In addition to the new wars, it is clear that the global trend towards privatization also impacts the international security sector, previously monopolized by the State. From the analysis of the performance of PMCs in the conflict in Sierra Leone, it appears that the new wars contribute to the modification of the armed conflict *modus faciendi*, through the privatization of violence along the lines of global capitalism, which transforms relations between civilians and military and further reduces the distinction between the public and private spheres.

**Keywords:** New Wars; Private Military Companies; Sierra Leone.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (EGN).

## Introdução

Este artigo tem como principal objetivo responder a seguinte pergunta: “como as mudanças no *modus faciendi* do Conflito Armado estão a influenciar a sociedade dos homens?”. Parte-se da hipótese que a transformação na forma de se fazer guerra afeta diretamente os atores envolvidos no conflito armado, antes, em sua maioria representados pelos Estados, e atualmente tem-se, cada vez mais, o emprego de atores não estatais no conflito. Tais mudanças estão relacionadas com uma nova forma de conflito, que nesse artigo são chamados de novas guerras.

A diferenciação ente o público e o privado faz parte das grandes dicotomias do pensamento político ocidental desde a modernidade. No entanto, a questão da segurança permaneceu como responsabilidade dos governos, de forma que o emprego da violência passou a ser monopólio do Estado, assim como a guerra sua função. No mundo pós-Guerra Fria, entretanto, um novo fenômeno pode ser observado: a criação das Empresas Militares Privadas (EMP)

As EMP podem ser consideradas um fenômeno do fim do confronto bipolar, ao preencher o vazio da segurança trazido pelo fim do conflito militar, dadas às altas demanda e oferta no mercado de segurança. Ademais, outras razões explicam o aumento do emprego de EMP: uma nova forma de guerrear, conhecida como novas guerras, que implicam numa nova economia de guerra; a inexistência de condições necessárias ou a incapacidade dos governos de gerenciar o conflito armado; e a tendência mundial de privatização da economia.

Nesse sentido, este trabalho está dividido em três seções, além desta introdução e de uma breve conclusão. Na primeira parte será feita uma análise do que aqui é chamado de “Novas Guerras” que, em contraposição às guerras tradicionais, explicam o contexto que favorece o surgimento das EMP. Em seguida, serão abordadas as principais características das Empresas Militares Privadas e como essas se diferenciam dos mercenários do passado. Por fim, será utilizado o caso da participação das EMP em Serra Leoa, a fim de exemplificar os argumentos aqui propostos.

## As Novas Guerras

### Guerras Tradicionais x Novas Guerras

Para explicar as novas guerras e os motivos pelos quais essas são chamadas de “novas”, é necessário entender o que as diferencia das outras guerras. Dessa forma, aqui se utiliza o conceito de “guerra tradicional”, a fim de designar o conceito clássico de guerra. Enquanto que as novas guerras fazem parte do processo de enfraquecimento das estruturas do Estado e perda de sua legitimidade, as guerras tradicionais podem ser vistas como parte do processo de constituição do Estado moderno. A definição de guerra tradicional pode ser resumida no seguinte trecho: “[...] it is the model of inter-state conflict which still essentially shapes our idea of war: that is, a contest between soldiers fought in accordance with the codified laws of war.”<sup>2</sup> (MÜNKLER, 2005, p. 12).

O conceito tradicional de guerra se refere a um fenômeno originado entre os séculos XV e XVIII na Europa, ligado ao nascimento do Estado moderno. As guerras tradicionais – embora tenham passado por várias fases, e, portanto, possuam diferenças de estratégias, técnicas, tipos de forças militares – estão relacionadas à construção do Estado moderno, centralizado, racional e hierárquico (KALDOR, 2001).

Pode-se dizer que o Tratado de Vestfália, que deu fim a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), é o marco do nascimento do Estado soberano, independente no aspecto externo e com capacidade de gerir sobre os seus assuntos internos. A Guerra dos Trinta Anos, em suma, na sua dimensão externa, se deu por meio da formação de uma coalizão anti-hegemônica entre a França, Países Baixos, Suíça, Suécia, Dinamarca e Império Otomano contra o Império Habsburgo. Apesar das causas de a guerra incluir, também, contradições religiosas e ideológicas, além de disputas por poder e riqueza, a *raison d’État*, isto é, a defesa dos interesses estatais, merece grande destaque (WATSON, 2004).

---

<sup>2</sup> O trecho correspondente na tradução é: “é o modelo de conflito interestatal que ainda molda essencialmente a nossa ideia de guerra: que é a disputa entre soldados travada em conformidade com as leis codificadas da guerra.”.

Com base na *raison d'État*, ao longo do tempo, as alianças entre os Estados deixaram de ser constituídas e fundamentadas por princípios religiosos e passaram a ser basear em princípios políticos. Desse modo, o Acordo de Vestfália significou o início do Sistema Internacional europeu de Estados laicos, fundamentados na soberania territorial, na independência e na igualdade jurídica. Dessa forma, a guerra passou a ser legitimada pelo interesse do Estado, de forma que atores não estatais não poderiam empregar a força. A partir daí, foram criadas regras, mais tarde transformadas em leis, que distinguiram o que era ou não aceitável na guerra. Tem-se, portanto, o Direito Internacional como regulador da guerra. Sendo assim, tudo que não estava de acordo com as leis da guerra poderia ser considerado crime e, portanto, ser punido.

Com o desenvolvimento de tecnologias e a criação de armas pesadas e com a necessidade de se ter tropas bem treinadas, nota-se que a monopolização da guerra pelo Estado relaciona-se com o fato de somente esse ter a capacidade de arcar com os custos de manter um exército. No século XVIII, grande parte dos gastos públicos da maioria dos Estados europeus estava relacionada com as despesas militares. Exemplos são as reformas administrativas para aumentar a arrecadação tributária; a criação de um aparato burocrático; a regularização do sistema bancário e a separação das finanças públicas das finanças particulares dos governantes, isto é, a distinção entre atividades econômicas privadas e públicas foram elementos essenciais para o financiamento das forças militares (KALDOR, 2001).

Segundo Mary Kaldor, a guerra tradicional pode ser contextualizada dentro de uma série de distinções que caracterizam o Estado, como a distinção entre: público e privado; interno e externo, baseado na demarcação do território estatal; economia e política, associado com a ascensão do capitalismo e, logo, com a separação da atividade econômica privada da atividade política; civil e militar, ou seja, entre relações domésticas legais não violentas e a luta externa violenta; e, por fim, a diferenciação entre o portador legítimo de arma, o não combatente e o criminoso (KALDOR, 2001).

Uma das definições de guerras tradicionais mais utilizadas é a de Clausewitz. Segundo Clausewitz, a guerra é um ato político e um instrumento da política: a guerra seria “uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 37). Baseando-se nas guerras europeias que

ocorreram após a Paz de Vestfália, Clausewitz percebe a guerra como uma forma de alcançar seus objetivos políticos. A guerra ocorreria, então, entre grupos organizados, que na sua grande maioria, são os Estados, em busca de atingir seus fins políticos. Em suma, as guerras entre a metade do século XVII até o início do século XX foram guerras interestatais, que levaram à constituição de um Sistema Internacional de Estados Soberanos. O nascimento do Estado moderno e a formação de sua estrutura – em destaque a detenção do monopólio da violência – estão intimamente relacionados com as guerras que ocorreram nesse período. Esse cenário se transforma no final do século XX: com o fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética e a intensificação da globalização, nos anos 1980 e 1990, surge o fenômeno conhecido como novas guerras.

#### O “Novo” das Novas Guerras

Com o fim da Guerra Fria, no final dos anos de 1980, guerras com algumas características em comum eclodiram no Leste Europeu, na África e no Sul da Ásia. Esses conflitos – aqui denominados de novas guerras – receberam diversos nomes, entre eles guerras civis, guerras internas ou conflitos de baixa intensidade (KALDOR, 2001). Segundo Kalevi Hoslti, tais conflitos são chamados de guerras de terceiro tipo, que diferentemente das guerras tradicionais – que buscam servir aos interesses estatais –, são ligadas às ideologias ou à comunidade. Nas guerras de terceiro tipo, não há distinção entre Estado, sociedade e forças armadas, de forma que combatentes e civis se confundem (HOLSTI, 1996). Para Robert Kaplan, as guerras do início do século XXI não seriam mais entre Estados e se dariam na forma de conflitos de baixa intensidade nos moldes de um mundo pré-Vestefaliano, mas que fariam uso da tecnologia, principalmente, para transmitir ao restante do mundo as atrocidades cometidas e impor medo, de modo que guerras e crimes seriam indistinguíveis entre si (KAPLAN, 1994, pp. 73 e 74).

As novas guerras só podem ser entendidas pelo processo de globalização, – que é um fenômeno paradoxal por envolver tanto internacionalização quanto localização, integração e fragmentação, homogeneização e diferenciação. De um lado, tal processo cria redes transnacionais de pessoas; por outro, exclui a maioria delas –

uma vez que um dos seus principais elementos é a erosão da autonomia do Estado e o fim do seu monopólio sobre o uso da violência. O enfraquecimento do poder do Estado vem tanto de “cima”, quanto de “baixo”. Pode-se dizer que a diminuição da capacidade de o Estado gerir sobre seus assuntos vem de “cima”, devido à transnacionalização das forças militares – isto é, do aumento da cooperação dos Estados na esfera militar – o que diminui o uso da força de forma unilateral. Além disso, a evolução do Direito Internacional tornou a agressão unilateral ilegítima. Já o enfraquecimento do monopólio do uso da violência pelo Estado vindo de “baixo” é explicado pela privatização. A legitimidade política diminui à medida que crescem o crime organizado e os grupos paramilitares (KALDOR, 2001).

Segundo Herfried Münkler, as principais características das novas guerras são: (I) a privatização da força militar, pois a guerra custa mais barato do que no passado, já que armas leves podem ser obtidas com facilidade e as tropas não necessitam de nenhum treinamento longo; (II) grande assimetria na força militar, de modo que os adversários não são equivalentes, pois as forças militares dirigem sua violência principalmente contra civis; (III) autonomização das formas de violência, de forma que os exércitos regulares perderam o controle sobre o curso da guerra (MÜNKLER, 2005, p. 3).

Argumenta-se que algumas dessas zonas de conflitos não são recentes, mas por não se ajustarem a nenhum conceito de guerra não foram consideradas como tais, sendo entendidas como secundárias e chamadas de “conflitos de baixa intensidade”, uma vez que os conflitos centrais do período da Guerra Fria se sobressaíam. Segundo Stathis Kalyvas, a diferença entre as guerras civis novas e as guerras civis antigas é atribuída ao fato de as primeiras serem percebidas como criminosas. No entanto, o autor argumenta que as guerras civis consideradas “novas” já existiam e apenas são vistas como inéditas pelo fato de, no passado, não haver categorias conceituais que considerassem esses conflitos como guerras (KALYVAS, 2001).

Edward Newman também afirma que as novas guerras, de fato, não são “novas”: [...] “much of this is not new: all of the factors that characterize new wars have been

present, to varying, throughout the last 100 years.”.<sup>3</sup> (NEWMAN, 2004, p. 179). Para o autor, as análises das guerras civis não devem ser baseadas na generalização histórica, que diferencia as guerras civis anteriores das guerras civis atuais, mas nas peculiaridades de cada conflito. Isto é, a análise das guerras civis deve ser contextual e não temporal.

Ainda, segundo Sinisa Malesevic, o paradigma das novas guerras apresenta fraquezas. Para o autor, o argumento que foca na globalização como causa das novas guerras é fraco e insuficiente. Ademais, a ideia de que os conflitos não são mais por ideologia, principalmente pelo nacionalismo, e sim por identidade, como afirmado por Mary Kaldor, não é uma verdade, uma vez que não há identidade sem ideologia. Logo, os objetivos das novas guerras não seriam inéditos, já que partem do imaginário nacionalista, para terem o apoio das massas. O processo da centrifugação das massas e da ideologização não seria interrompido com a globalização econômica. Dessa forma, a globalização e a Revolução dos Assuntos Militares (RAM) não teriam modificado nem as causas nem os objetivos das guerras (MALESEVIC, 2010).

No entanto, em oposição a tais argumentos, neste artigo, as novas guerras são consideradas um fenômeno da globalização e do colapso das estruturas estatais. O processo da globalização é fundamental para explicar as peculiaridades desses conflitos, como as políticas de identidade, a perda do monopólio estatal sobre a violência, a privatização da força militar, o financiamento global e sua transnacionalização. Observa-se que os efeitos da globalização nos países mais pobres contribuem para a perpetuação das novas guerras, como a perda da legitimidade estatal e a ascensão de atores não estatais, a privatização da economia, a incapacidade do Estado de proteger seus cidadãos, o que pode ser percebido pelo aumento do uso de crianças como combatentes e pela crescente contratação de Empresas Militares Privadas por parte dos governos.

Além disso, nas guerras tradicionais, a violência era justificada para servir ao interesse estatal, já nas novas guerras, a violência é justificada para se obter lucro. Pode-se afirmar, portanto, que a grande novidade trazida pelas novas guerras, isto é,

---

<sup>3</sup> O trecho correspondente na tradução é: “[...] grande parte disso não é novo: todos os fatores que caracterizam as novas guerras estiveram presentes, de forma variada, ao longo dos últimos 100 anos.”.

o que torna as novas guerras inéditas é o fato de nelas a violência ser a forma de organização social (VALENÇA, 2010).

Segundo Kaldor, o processo paradoxal da globalização é responsável pela fomentação das políticas de identidade nas novas guerras, que são movimentos que se mobilizam em torno de identidades étnicas, raciais ou religiosas com o propósito de reivindicar poder político. Nesse sentido, “identidade” significa rotulação e os rótulos são usados como base para obter direitos políticos. Logo, política de identidade significa reivindicação baseada na identidade. Dessa forma, observa-se que políticas de identidades são voltadas para o passado, que adquirem significado pela insegurança, por meio do medo de inimigos históricos ou por um senso de ser ameaçado por quem não pertence ao seu rótulo: “At best, identity politics involves psychological discrimination against those labeled differently. At worst, it leads to population expulsion and genocide.”<sup>4</sup> (KALDOR, 2001, p.78).

Diferentemente do processo de formação dos Estados europeus, a formação dos Estados nos países periféricos se deu de maneira fraca e instável. Para Münkler isso ocorre, entre outros motivos, devido às elites corruptas que veem no aparato do Estado uma fonte de enriquecimento pessoal, além da incapacidade administrativa e fiscal de seus governantes (MÜNKLER, 2005). As riquezas nacionais desses Estados periféricos – diamantes, pedras preciosas, minérios de combustíveis – não trariam autossuficiência econômica e desenvolvimento, mas sim conflitos por sua apropriação e distribuição. Para o autor, não é a pobreza o principal problema das causas e da escala das novas guerras, e sim a existência de uma grande parcela da população miserável, em contraposição à existência de uma minoria muito rica:

Contrary to a view widely heard in discussion of the causes of the new wars and the scope of ending them, poverty as such by no means points to a danger of escalating violence and war; the most that can be said is that the juxtaposition of desperate poverty and immeasurable riches is a significant indicator that conflicts within a society are likely to develop into open civil war.<sup>5</sup> (MÜNKLER, 2005, p. 7).

---

<sup>4</sup> O trecho correspondente na tradução é: “Na melhor das hipóteses, políticas de identidade envolve discriminação psicológica contra aqueles rotulados de forma diferente. Na pior, ele leva a expulsão da população e genocídio.”

<sup>5</sup> O trecho correspondente na tradução é: “Ao contrário do que é amplamente ouvido sobre a discussão das causas das novas guerras e das possibilidades de acabar com elas, a pobreza, como tal, de modo algum aponta para o perigo da escalada da violência e da guerra; o máximo que pode ser dito é que a justaposição de extrema pobreza com riquezas imensuráveis é um importante indicador de que conflitos dentro de uma sociedade são mais prováveis de se desenvolverem em uma guerra civil.”



A existência de conflitos territoriais pelo controle desses recursos minerais facilitaria à transnacionalização dessas guerras civis e o aumento da insegurança internacional, já que a disputa por esses bens se relaciona aos grandes lucros advindos da sua venda no mercado negro. Enfim, observa-se que as novas guerras refletem o processo de desestatização, em que as estruturas do Estado tradicional não mais têm espaço. O emprego das empresas militares privadas nas novas guerras pode ser explicado por essa perspectiva. Fazendo uso de métodos de guerrilha, rompendo com os padrões das guerras tradicionais e caracterizando por serem criminosas, as novas guerras são marcadas por romperem com o monopólio do Estado e por violar os Direitos Humanos. Essas guerras, embora locais, são também globalizadas, dado o número de atores transnacionais nelas envolvidos. Há, portanto, um paradoxo, já que a distinção entre externo e interno não é mais nítida (KALDOR, 2001).

### **As Empresas Militares Privadas**

As Empresas Militares Privadas (EMP) podem ser definidas como “corporate bodies that specialize in the provision of military skills, including combat operations, strategic planning, intelligence, risk assessment, operational support, training, and technical skills.”<sup>6</sup> (SINGER, 2008, p. 8). Embora as EMP não sejam empregadas exclusivamente nas novas guerras – a atuação delas na Guerra do Iraque é amplamente debatida, por exemplo – neste trabalho optou-se por estudar a atuação das mesmas nas novas guerras, em especial, no conflito de Serra Leoa.

O fim da Guerra Fria trouxe um vácuo de poder, o qual as EMP buscam preencher. O desarmamento das grandes potências na década de 1990 e a desmobilização de milhares de soldados, devido ao fim do confronto bipolar, criaram um amplo espaço para atuação das EMP, dada a ampla oferta de armas e, logo, seu baixo custo, além da grande quantidade de ex-soldados em busca de serviço. Além disso, a eclosão dos conflitos das novas guerras explica, em grande medida, o *boom*

---

<sup>6</sup> O trecho correspondente na tradução é: “órgãos corporativos especializados no fornecimento de habilidades militares, incluindo operações de combate, planejamento estratégico, inteligência, avaliação de riscos, apoio operacional, treinamento e habilidades técnicas.”

das EMP, uma vez que tal fenômeno pode ser explicado pela globalização e pelo colapso das estruturas estatais, como a perda do monopólio estatal sobre a violência, as políticas de identidade, a privatização da força militar e a sua transnacionalização. Tem-se, portanto, um estímulo ao mercado das EMP, dada essa nova forma de conflito e ao insucesso do Estado e da comunidade internacional de regulá-la (SINGER, 2008).

Dessa forma, uma das razões para a erosão das estruturas estatais é a privatização, com o aumento de grupos paramilitares, como as EMP, e do crime organizado. Para Münkler, as novas guerras são marcadas pela privatização da força militar, pois guerrear se tornou mais barato do que no passado – já que o fim da Guerra Fria possibilitou uma disponibilidade de armamentos, e a tecnologia permitiu a criação de armas leves, que podem ser obtidas facilmente – e pela autonomização da violência, de forma que os exércitos regulares perderam o controle sobre o curso da guerra. Dessa forma, observa-se um crescimento do escopo de atuação das EMP nas novas guerras, de modo que essas possuem um papel significativo na transformação das relações militares (MÜNKLER, 2005).

Com o fim da Guerra Fria, os governos e as populações dos Estados mais pobres se viram sem o apoio internacional proporcionado pelas grandes potências, de modo que deveriam se financiar com seus próprios recursos, principalmente com a exploração dos recursos naturais. Dessa forma, as novas guerras implicam num novo tipo de economia da guerra, em que há pouca produção doméstica, sendo o esforço da guerra extremamente dependente da exploração dos recursos locais e da ajuda internacional. Assim, as novas guerras são caracterizadas pela participação de novos atores, como as EMP, pelo declínio das forças armadas regulares, dados os cortes em gastos militares, a redução do prestígio, e a escassez de equipamentos e de combustíveis (KALDOR, 2001, p. 92).

Embora a privatização da violência não seja inédita, com a utilização de mercenários ao longo da história dos conflitos armados, por exemplo, pode-se afirmar que o surgimento das Empresas Militares Privadas é um fenômeno novo: “a novidade que marca as EMPs é, precisamente, o seu carácter empresarial privado. São entidades com uma estrutura geralmente estável (...) Obedecem, portanto, a uma lógica comercial, regendo-se pela lei do mercado” (KOWALSKI, 2009, p.)

Desse modo, é válido fazer uma distinção entre as forças mercenárias e as EMP. Segundo Ana Magalhães, essas se diferenciam em seis principais aspectos: (I) os serviços das EMP são registrados de forma pública<sup>7</sup>, já os mercenários atuam de maneira ilegal segundo as normas do Direito Internacional; (II) as EMP são obrigadas a prestar contas aos seus clientes; (III) os mercenários focam no lucro de curto prazo, já as EMP, devido à sua organização empresarial, focam no lucro a longo prazo; (IV) as EMP geralmente são corporações altamente organizadas e hierarquizadas, com a presença de diretores e acionistas; (V) as forças mercenárias operam um conflito por vez, já as EMP pode atuar em vários conflitos simultaneamente e (VI) os mercenários oferecem poucos serviços, geralmente ligados ao combate, as EMP podem oferecer desde consultoria a treinamento militar, troca de *know how*, apoio logístico, armas, serviços de inteligência e informações e etc. (MAGALHÃES, 2005).

Além do emprego das EMPs pelos Estados mais enfraquecidos, no contexto das novas guerras, tem-se também, outros casos para a contratação das mesmas. Desse modo, os clientes das EMPS são os mais variados, como Estados democráticos, organizações internacionais, mas também governos ditatoriais, grupos rebeldes, cartéis de droga e outros grupos criminosos (KOWALSKI, 2009). Os principais estados de origem das EMPs são os Estados Unidos e o Reino Unido, os quais costumam se opor à discussão sobre a temática no âmbito da Organização das Nações Unidas (NASCIMENTO, 2010). Embora a importância dessa análise, para fins de delimitação do estudo aqui apresentado, será explorada a atuação das EMP nas novas guerras, mais especificamente, no conflito de Serra Leoa.

---

<sup>7</sup> A regulação e a legalidade das EMP no âmbito do Direito Internacional Público são amplamente questionadas. Especialistas da ONU solicitam constantemente a criação de um regime que regule suas atividades (ONU, 2017). Atualmente o Documento de Montreux de 2008 é o instrumento que possui as maiores recomendações sobre a prática (CICV, 2008).

## A atuação das Empresas Militares Privadas em Serra Leoa

### O Histórico do Conflito

A guerra civil de Serra Leoa, que durou de 1991 a 2002, teve como principais atores o grupo rebelde Frente Revolucionária Unida (FRU)<sup>8</sup>, o Exército, forças civis, países vizinhos – principalmente, a Libéria –, o Grupo de Monitoramento do Cessar-Fogo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG)<sup>9</sup> e forças mercenárias – como as empresas militares privadas. A Guerra civil de Serra Leoa eclode num cenário marcado pela corrupção governamental, por um Estado violento e pela miséria de sua população, de modo que é possível inferir que a questão socioeconômica, isto é, a exclusão e a marginalização da maior parte da sociedade, devido à incapacidade e à precariedade do governo, é uma de suas principais causas.

Dadas a degradação do Estado, a extrema pobreza e a grande desigualdade social, Serra Leoa virou um centro de tráfico de armas, de drogas e de disputas pela exploração das minas. Se valendo de uma ideologia Pan-africana e com a justificativa de combater a deterioração das estruturas estatais, as péssimas condições socioeconômicas e a exclusão da população, o grupo rebelde Frente Revolucionária Unida (FRU), liderado por Foday Sankoh, cruzou a fronteira da Libéria e passou a ocupar o leste do país, rico em diamantes, em março de 1991. Apesar do seu discurso, a FRU ficou conhecida pelo uso de crianças-soldado em seu exército e pelas atrocidades cometidas contra a população, como a prática de estupros e amputação de membros de civis, criando um ambiente de violência e medo em Serra Leoa (SINGER, 2008, p. 111).

Tanto a FRU quanto o Exército do governo tinham os civis como principais alvos, tornando a guerra um verdadeiro caos. Antes de a guerra civil completar um mês, a FRU já controlava grande parte das províncias ricas em diamantes da região leste. Em 1992, na tentativa de resistir ao avanço da FRU, o então presidente General Joseph Momoh foi derrubado e substituído no poder pelo capitão Valentine Strasser. Mesmo com o aumento da repreensão e com a mudança de governo, a FRU continuava a avançar (ADAMS, 1999).

---

<sup>8</sup> No original, em inglês, Revolutionary United Front ou RUF.

<sup>9</sup> No original, em inglês, Economic Community of West African States Monitoring Group.

O apoio dos governos estrangeiros, como o da Libéria – assim como o tráfico de diamantes – foi um dos fatores responsáveis pela perpetuação da guerra e pela dificuldade do governo de conter o grupo rebelde. A guerra civil de Serra Leoa e a criação da FRU estão profundamente correlacionadas com a guerra civil de seu país vizinho, a Libéria. Charles Taylor, líder da Frente Nacional Patriota da Libéria<sup>10</sup>, apoiou diretamente a FRU e o seu líder Foday Sankoh, sendo um dos seus maiores financiadores. O apoio de Taylor à FRU pode estar relacionado aos interesses na exploração de diamantes e à retaliação ao governo de Serra Leoa, por este ter permitido a ECOMOG utilizar o território serra leonino como base para operações contrárias aos interesses de Taylor. Além de dinheiro, Taylor apoiou a FRU com armas e mercenários (ZACK-WILLIAMS, 1999).

No ano de 1993, o Reino Unido suspendeu a ajuda econômica ao país. Pressionado, o governo convocou eleições diretas em 1996, vencidas por Ahmad Tejan Kabbah do Partido Popular de Serra Leoa (PPSL). Entretanto, a união entre o Conselho Revolucionário das Forças Armadas (CRFA) – liderado por Johnny Paul Koroma – e a FRU derrubou o governo através de um golpe. Como a FRU e o CRFA se recusavam a devolver o poder a Kabbah, a Organização das Nações Unidas (ONU) enviou uma força de paz liderada pela Nigéria, – a Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa (UNOMSIL) – para retomar a ordem e desarmar os grupos rebeldes. A dificuldade de dar fim à guerra civil devia-se, entre outras razões, ao fato de governos estrangeiros financiarem a FRU, como Taylor na Libéria, e ao tráfico de diamantes, que sustentava o conflito. Ainda, a existência dos chamados *sobel*s “soldados de dia e rebeldes à noite” junto ao exército de Serra Leoa contribuía para a perpetuação da guerra. Os *sobel*s eram agentes estatais, que se aproveitavam do alto grau de corrupção estatal, negociando com os rebeldes, armas em troca de diamantes, aumentando a disputa pelo controle das minas (VALENÇA, 2006).

Para devolver o poder a Kabbah foi criada a Força de Defesa Civil (FDC)<sup>11</sup>, formada a partir do grupo tribal conhecido como *Kamajors*, uma organização paramilitar estatal. A FDC aliou-se à força de paz da ONU, visando retirar a coligação FRU-CRFA do poder. A atuação da FDC foi amplamente criticada, devido à presença dos *sobel*s, – que lutavam dos dois lados – ao mau treinamento dos seus soldados,

---

<sup>10</sup> No original, em inglês, National Patriotic Front of Liberia ou NPFL.

<sup>11</sup> No original, em inglês, Civil Defence Force.

acusados de praticar atos de terrorismo, assassinatos e pilhagem e também ao uso de crianças-soldado (SINGER, 2008, p. 115).

No ano de 1999, o Acordo de Lomé foi assinado entre as partes, para dar fim ao conflito. O Acordo previa um novo mandato para a ECOMOG, a realização de eleições, a reforma na Constituição e a criação de uma nova missão de paz da ONU, a Missão das Nações Unidas em Serra Leoa, UNAMSIL<sup>12</sup>. Entretanto, a guerra continuou e os confrontos se intensificaram, uma vez que a comunidade internacional não forneceu ajuda de forma efetiva, além das partes descumprirem alguns termos do Acordo, como foi evidenciado pelo ataque da FRU às instalações da ONU (VALENÇA, 2006).

Em 2000, o Conselho de Segurança da ONU expande a UNAMSIL de 6.000 homens para 11.100. No entanto, em maio desse ano, 500 *Peacekeepers* são apreendidos pela FRU, e o que é conhecido “Interim Phase” tem início. Nesse contexto, muitas ONGs deixam Serra Leoa com medo da violência. Com o aumento da participação internacional e com a consolidação da UNAMSIL, o cessar-fogo entre as partes finalmente foi alcançado em Abuja. Desse modo, em 2002, o fim da guerra civil foi oficialmente declarado, Kabbah teve seu poder restaurado, de forma que eleições ocorreram em seguida, garantindo sua reeleição. A guerra civil teve como resultado dezenas de milhares de mortos, muitos amputados e mais de dois milhões de pessoas deslocadas, o que corresponde a 1/3 da população<sup>13</sup>.

### A Atuação das Empresas Militares Privadas no Conflito

Primeiramente, o governo contratou o Gurkha Security Group (GSG), uma EMP britânica, para treinar o seu exército. Antes de avançar muito, a companhia sofreu várias baixas em uma emboscada feita pelo grupo rebelde FRU, em fevereiro de 1995, de forma que a GSG quebrou o contrato com o governo de Serra Leoa e deixou o país. Com a chegada da FRU à capital e com as recusas dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e da ONU de intervir, o governo contratou a Executive Outcomes (EO), uma empresa sul-africana. Como o governo não podia arcar com os

---

<sup>12</sup> No original, em inglês, United Nations Mission in Sierra Leone.

<sup>13</sup> Segundo site oficial da CIA – Central Intelligence Agency.

custos do contrato da EO, que inicialmente era de US\$ 15 milhões, Anthony Buckingham – dono da mineradora Branch-Heritage, que operava em Serra Leoa – concordou em financiar sua contratação, em troca da concessão das minas de diamantes na região de Kono, que até então era controlada pelos rebeldes (SINGER, 2008, p. 112).

A mineradora Branch-Heritage fazia parte do Strategic Resources Group (SRG), uma empresa britânica com base nas Bahamas, que detinha a Executive Outcomes. Dessa forma, a Executive Outcomes era acusada de fornecer seus serviços em troca da exploração de recursos naturais das nações que eram suas clientes. Além da ligação entre a Branch-Heritage e a Executive Outcomes, essas também dividiam escritórios em Londres com a Sandline International, outra importante EMP que operou em Serra Leoa. Também na atuação da Sandline na guerra, os mesmos *stock-holders* do consórcio Branch-Heritage/ SRG/ Executive Outcomes se beneficiaram (ADAMS, 1999).

Em abril de 1995, a Executive Outcomes chegou ao país e, em menos de nove dias, conseguiu não só conter o avanço da FRU em Freetown, como a fez recuar em direção à selva. Com o pouco preparo dos soldados da FRU, a EO não encontrou maiores dificuldades ao enfrentá-la. Uma das vantagens da EO era não possuir símbolos ou bandeiras, de forma que a FRU não sabia, a princípio, quem estava a atacando. Com uso de armamentos mais eficazes, como helicópteros de combate, e estratégias diferentes das que antes eram adotadas<sup>14</sup>, a empresa conseguiu fazer com que a FRU chegasse às fronteiras, até ser derrotada e, desse modo, negociar pela primeira vez com o governo, sendo realizada uma eleição presidencial em 1996, como supracitado.

A estabilidade alcançada durou pouco, uma vez que a expectativa do envio de uma força de paz da ONU para Serra Leoa e as pressões internacionais para a saída da EO do país fizeram o presidente Kabbah quebrar o contrato com a companhia, que saiu do país em 1997. Como a esperada operação de *peacekeeping* da ONU não foi criada, uma força da ECOMOG, liderada pela Nigéria, entrou no país. Antes de sair,

---

<sup>14</sup> As estratégias antes adotadas da chegada da Executive Outcomes eram baseadas principalmente em emboscadas na estrada e retiradas rápidas.

a EO alertou ao governo que sua partida prematura poderia resultar num golpe e ofereceu a extensão de seus serviços, que foram negados por Kabbah. Posteriormente, como previsto pela EO, um golpe foi realizado pela coligação FRU-CRFA. É importante ressaltar que a presença de uma EMP pode trazer resultados negativos em uma guerra. Uma de suas consequências pode ser exemplificada pela Executive Outcomes em Serra Leoa. A EO também contribuiu para o treinamento militar da tropa armada *Kamajors*, que também ficaria conhecida como a Força de Defesa Civil (FDC), o que futuramente iria tornar ainda mais complexo o cenário de Serra Leoa, uma vez que sua ascensão significaria mais uma força militar não governamental no conflito (SINGER, 2008, pp. 113 e 114).

Alguns meses depois do golpe realizado pela FRU-CRFA, Kabbah contratou a Sandline International, que deveria treinar e aconselhar seu exército, além de reconstruir a FDC. Singer (2008) afirma que as razões para a não recontração da EO não são claras, questões como o mau relacionamento entre Kabbah e a firma, assim como o fato de ser uma empresa muito conhecida, podem ser atribuídos como algumas das causas. A Sandline, cujo contrato inicial era de US\$ 10 milhões, obteve sucesso em suas operações, uma vez que a coligação foi obrigada a se retirar da capital. No entanto, a guerra só teve fim de forma efetiva em 2002, com a revitalização da força de paz da ONU e a reconstrução do Exército de Serra Leoa.

A erosão da autonomia do Estado – principalmente a diluição do monopólio do uso da força – é uma das principais características das novas guerras. Um exemplo da fraqueza das instituições estatais está na precariedade das suas forças armadas, que são pouco numerosas, mal treinadas e mal equipadas, como em Serra Leoa, que na década de 1970 teve seu exército enfraquecido pelo presidente Stevens, para que as forças armadas não se sobrepusessem ao seu governo. A incapacidade de garantir segurança aos seus nacionais pode ser listada como uma das causas para a contratação de companhias privadas militares (SINGER, 2008, p. 3).

Outra razão que pode ser atribuída para a utilização de empresas militares privadas pelo governo de Serra Leoa foi o fato de este não possuir aliados, inclusive as superpotências não tinham o interesse de intervir, além da falta de vontade e de capacidade da ONU. Os Estados mais pobres faziam parte dos interesses das grandes potências durante a Guerra Fria, uma vez que eram vistos como zonas de



influência; no entanto, com o fim do confronto bipolar, eles deixaram de ter importância. No que tange à incapacidade e à falta de interesse da ONU em atuar em Serra Leoa, Singer atribui ao fato do Conselho de Segurança ser dominado pelas potências ocidentais, que preferiam intervir em conflitos que fossem de seu maior interesse, como o da Bósnia. Além disso, o departamento responsável por esse tipo de operações era extremamente burocrático, detinha poucos recursos e sofria de falta de pessoal (SINGER, 2008).

É válido enfatizar os problemas advindos da contratação dessas empresas. Como já citado um deles se relaciona ao aumento da instabilidade na região. Embora aparentemente tais empresas tenham contribuído para o recuo dos rebeldes, em Serra Leoa, a EO também contribuiu para o treinamento militar da Força de Defesa Civil, mais uma força militar não governamental no conflito, tornando ainda mais complexo o cenário do país. Além disso, a contratação de mercenários em Serra Leoa levou não apenas à erosão da soberania política, mas também à garantia do acesso aos recursos minerais e da segurança nacional a uma companhia privada internacional, aumentando ainda mais o questionamento da soberania do governo serra-leonino (FRANCIS, 1999).

Ainda, para Christopher Coker, dado o avanço tecnológico e a percepção instrumental da guerra, não haverá mais espaço para a existência do guerreiro, que percebe na guerra uma forma de expressão da sua existência e é leal ao princípio político que o orienta. No novo tipo de guerra, não haverá espaço para emoção, medo, coragem e resistência (COKER, 2002). Essa análise pode ser aplicada às EMP, uma vez que aqueles que nela são empregados não possuem o *ethos* do guerreiro, que respeitam os princípios da guerra, possuindo uma relação puramente instrumental e contratual nos conflitos que atuam.

Ademais, as Empresas Militares Privadas pouco se preocupam com a presença da moral na guerra. David Fisher argumenta que o excesso de permissividade do liberalismo – que favorecem as EMP – abre espaço para extremismos. Nesse sentido, a neutralidade moral mostra-se perigosa (FISHER, 2013). Outro fato a ser considerado é que a ausência de regulamentação por parte do Direito Internacional em relação às EMP, o que permite que mais atrocidades sejam cometidas sem serem

punidas, fazendo com que o Direito Humanitário pouco seja empregado por essas companhias.

No que diz respeito à Serra Leoa, David Francis é enfático ao afirmar que a concessão das minas de diamantes às EMP para apoiarem o governo acentuaram a exploração interacional do país, contribuindo ainda mais para a sua insegurança. Ainda, segundo o autor, o emprego das EMP pode ser equiparado a uma nova forma de neocolonialismo em Estados mais fracos, a ser exercido por essas corporações privadas (FRANCIS, 1999).

### Conclusão

A partir da análise do desempenho das EMP no conflito de Serra Leoa, infere-se que as Novas Guerras contribuem para a alteração do *modus faciendi* do conflito armado, influenciando a sociedade dos homens por meio privatização da violência nos moldes do capitalismo global, o que transforma as relações entre civis e militares e diminui ainda mais a distinção entre as esferas pública e privada. A contratação de empresas militares privadas também está relacionada à Revolução nos Assuntos Militares (RAM), que torna necessário a utilização de tecnologia avançada e, dessa forma, de especialistas. Em Serra Leoa, a utilização de equipamentos sofisticados e de helicópteros de guerra pela Executive Outcomes foi fundamental para que a FRU recuasse, em um primeiro momento.

Com o fim da Guerra Fria e o surgimento das novas guerras, a tendência mundial de privatização aparece como causa para a expressiva ascensão das EMP desde a década de 1990. A onda de privatização teve início no final dos anos de 1970, e com o fim do bloco comunista e a adoção do liberalismo por parte de quase todo o Ocidente, as leis do mercado passaram a ser percebidas como o modelo de eficiência a ser seguido. Dessa forma, muitos governos passaram a designar suas obrigações a terceiros. Essa tendência mundial de privatização atingiu o segmento da segurança, que antes era considerado como de domínio do Estado.

Dessa forma, a Executive Outcomes e a Sandline International, que possuíam soldados bem treinados e armas de tecnologia avançada, em comparação ao exército

serra leonino mal equipado e mal treinado, ajuda a entender a contratação das EPM por parte do governo. Nota-se, portanto que o fim da Guerra Fria, as novas guerras, a tendência mundial da privatização, e a incapacidade e/ou a falta de recursos do Estado estão correlacionadas e são apontados como as principais razões para a utilização das EMP no conflito de Serra Leoa.

É importante ressaltar que a responsabilidade primária de proteção dos cidadãos é do Estado. Ao se contratar uma EMP, a soberania do Estado passa a ser questionada, assim como sua eficácia. Ademais, percebe-se que ausência de uma regulamentação clara por parte da comunidade internacional e das Organizações Internacionais sobre as EMP contribuem para o desrespeito às leis e normas do Direito Internacional, principalmente do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos. Tem-se, portanto, um afastamento ainda maior da moralidade na guerra, ao se empregar as companhias militares.

Por fim, entende-se que no que diz respeito à Serra Leoa, as EMP aumentaram ainda mais a instabilidade e a insegurança trazidas pelo conflito, dados o fomento a criação de novos atores no conflito, como a FDC, assim como o aumento da exploração internacional das minas de diamantes, tornando o conflito de Serra Leoa ainda mais complexo e aumentando ainda mais a erosão das suas estruturais estatais.

## Referências

ADAMS, Thomas. The New Mercenaries and the Privatization of Conflict. Parameters: U.S. **Army War College**; v. 29, 2, 1999, p. 103. Disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/parameters/Articles/99summer/adams.htm>>.

Acesso em 10 out. 2019.

COKER, Christopher. **Waging War without Warriors? The Changing Culture of Military Conflict**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc. 2002

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **Documento de Montreux**. 2008

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

FISHER, David. **Morality and War – Can War be Just in the Twenty-first Century?** Oxford: Oxford University Press. 2013.

FRANCIS, David. Mercenary intervention in Sierra Leone: Providing national security or international exploitation?, **Third World Quarterly**, vol.20, n. 2, 1999, pp. 319-338.

HOLSTI, Kalevi. **The State, War, and the State of War**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in Global Era**. California: Stanford University Press, 2001.

KALYVAS, Stathis. “‘New’ and ‘Old’ Civil Wars: A Valid Distinction?”. **World Politics**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 54 (1), p. 99-118, 2001.

KAPLAN, Robert. The Coming Anarchy. How scarcity, crime, overpopulation, tribalism, and disease are rapidly destroying the social fabric of our planet. **Atlantic Monthly**, Fevereiro, 273 (2), p. 44-76, 1994.

KOWALSKI, Mateus. Novas Guerras, Novos Actores. As Empresas Militares Privadas. **Nação e Defesa**, n. 124, 2009, pp. 259-277. Disponível em <[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3605/1/NeD124\\_MateusKowalski.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3605/1/NeD124_MateusKowalski.pdf)>. Acesso em 25 out. 2019.

MAGALHÃES, Ana. As Empresas Militares Privadas e a Resolução de Conflitos no Quadro da ONU. N. 111. **Nação e Defesa**, 2005, pp. 155-174. Disponível em: <[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1225/1/NeD111\\_AnaMagalhaes.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1225/1/NeD111_AnaMagalhaes.pdf)>. Acesso em 24 out. 2019.

MALESEVIC, Sinisa. **The Sociology of War and Violence**. New York: Cambridge University Press, 2010. Part V

MÜNKLER, Herfried. **The New Wars**. Cambridge: Polity Press, 2005.

NASCIMENTO, M. F. Uma perspectiva sobre a privatização do emprego da força por atores não estatais no âmbito multilateral. Brasília: **Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)**, 2010.

NEWMAN, Edward. “The ‘New Wars’ Debate: a historical perspective is needed. In: **Security Dialogue**, n. 35, 2004.

Organização das Nações Unidas (ONU). Site da ONU. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/especialistas-da-onu-pedem-melhor-regulamentacao-de-empresas-militares-e-de-seguranca/>>. Acesso em 26 out. 2019.

SINGER, Peter. **Corporate Warriors: The rise of the Privatized Military Industry**. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

VALENÇA, Marcelo. **A Questão da Segurança nas Novas Operações de Paz da ONU: Os casos de Serra Leoa e a da Bósnia-Herzegovina**. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2006.

VALENÇA. **Novas Guerras, Estudos para a Paz e Escola de Copenhague: uma contribuição para o resgate da violência pela Segurança**. 2010. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2010.

WATSON, Adam. **A evolução da Sociedade Internacional**. Brasília: [Universidade de Brasília](#), 2004.

ZACK-WILLIAMS, Alfred. **Child Soldiers in the Civil War in Sierra Leone**. Preston, Inglaterra: University of Central Lancashire, 1999.